

CAPÍTULO 4

O IMPACTO DA CRISE DA COVID-19 NAS DESIGUALDADES SOCIOLINGUÍSTICAS E ÉTNICO-RACIAIS

Ana Raquel Matias

Investigadora integrada e Professora Auxiliar Convidada no Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Investigadora no CIES-Iscte

Diversidade e desigualdades linguísticas – breve introdução

A nossa sociedade caracteriza-se por uma crescente presença de população de origem estrangeira, resultando na co-existência de indivíduos falantes de línguas de diferentes partes do mundo – e não só línguas oficiais dos diferentes países de que são originários, como também línguas regionais e locais que ultrapassam fronteiras nacionais. Esta é uma das consequências linguísticas dos fenómenos migratórios, ou seja, da mobilidade internacional de mulheres, homens, jovens e crianças, que trazem consigo toda uma riqueza de línguas. E face à presença dessas línguas na sociedade portuguesa, todos temos a possibilidade de, pelo menos potencialmente, aceder a diferentes culturas, à história e às normas de outras sociedades, a várias formas de conhecimento e legados científicos, a variadíssimas produções culturais, isto é, a tudo o que numa língua se transporta.

Atualmente, esta diversidade de línguas ecoa nos diferentes contextos laborais e sectores de atividade económica em todo o território nacional (por exemplo, turismo, comércio e serviços, construção civil, indústria, agricultura, cultura, habitação, ensino, saúde, etc.). Em termos geracionais, a população escolar do nosso sistema de ensino reflecte bem essa mudança demográfica (Oliveira e Gomes, 2017). Por exemplo, existem escolas na Área Metropolitana de Lisboa onde convivem mais de 80 nacionalidades diferentes, o que significa que a língua portuguesa, enquanto principal língua oficial de

escolarização, convive nesses espaços escolares com mais de 50 línguas diferentes (Mateus, Pereira, e Fischer, 2008).

No entanto, o reconhecimento e a valorização da diversidade linguística presente no Portugal contemporâneo não é igual para cada uma destas línguas. A valorização social que lhes é atribuída depende menos do número dos seus falantes e mais do estatuto social que lhes é atribuído na sociedade portuguesa (Matias, 2017). Línguas “menorizadas”¹ ou de origem imigrante como o cabo-verdiano – provavelmente a segunda língua mais falada em Portugal, depois do português - não gozam do mesmo reconhecimento que o inglês, o francês ou o alemão. A importância social que aferimos a cada língua explica-se, em parte, na história das relações político-económicas entre os territórios implicados e respectivos falantes, mas também nessas mesmas dinâmicas à escala global. Por exemplo, a hegemonia internacional da língua inglesa, a recente valorização do mandarim, ou, por contrapartida, uma menor valorização social do russo ou do árabe — tudo línguas faladas por populações actualmente residentes em Portugal, com uma presença demográfica muitíssimo relevante à escala global, mas cuja relevância social depende da geopolítica internacional que influencia o território em que nos encontramos, neste caso as políticas da União Europeia.

Não sendo objectivo desta reflexão entrar em detalhe sobre esses processos, importa salientar que a forma como valorizamos e lidamos com cada uma das línguas em presença no território português é muito variada, e que esse tratamento diferenciado é independente do número de falantes que possam aqui residir. Esta diferenciação reflecte-se não apenas na disponibilização da informação e oferta de infraestruturas de literacia nestas línguas, como também nas escolhas de quais línguas usar na disseminação de informação cidadã a vários níveis: seja no acesso ao trabalho, à habitação, à educação, à saúde ou a uma

¹ Ver discussão em Matias (2017) e Flores e Rosa (2015: 169), optando a autora pelo conceito de “menorização” por oposição à minoria, realçando os processos através dos quais a desvalorização linguística acontece.

participação cidadã. Ou seja, os cidadãos residentes em Portugal não estarão todos no mesmo pé de igualdade no acesso à informação que necessitam para exercer os seus direitos e deveres se as línguas que melhor dominam não forem disponibilizadas, seja formal ou informalmente.

Diversidade linguística e o acesso à língua oficial

O reconhecimento que a diversidade linguística tem vindo a caracterizar a nossa sociedade motivou também um investimento significativo em políticas de ensino de língua portuguesa para a população não falante de português. Temos, assim, observado programas de ensino de Português Língua Não Materna (PLNM), Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), Português como Língua de Acolhimento (PLA), Português como Língua Segunda (PLS) ou Português como Língua Adicional (PLA). Esta tem sido uma das prioridades de há 20 anos para cá nas políticas de integração de populações de origem estrangeira, seja nas escolas portuguesas, nos centros de formação, instituições de ensino superior, organizações não governamentais, fundações privadas, associações locais, etc. (Matias, Oliveira e Ortiz, 2016).

No caso dos filhos de imigrantes em idade escolar, desde 2006 foi criada a disciplina de Português Língua Não Materna com o objectivo de permitir o acesso à língua de escolarização – neste momento existe oferta curricular para todos os níveis de ensino. No entanto, nem todas as escolas têm conseguido reunir as condições requeridas nas orientações desta medida educativa (Madeira *et al.*, 2014), que estipulam turmas por níveis de escolaridade e níveis de conhecimentos na língua portuguesa, leccionadas por professores que possuam formação adequada. Observa-se antes a prática de turmas mistas em termos de níveis de escolaridade e de conhecimento da língua portuguesa, ou através de aulas de apoio extracurriculares. Adicionalmente, a generalidade dos docentes tem formação de ensino para falantes de português como língua materna, de ensino de outras línguas estrangeiras ou em educação básica do 1.º ciclo. Estas

condicionantes têm óbvias implicações nos primeiros anos de integração destes alunos no sistema de ensino, podendo comprometer o seu sucesso escolar em todas as outras disciplinas.

No caso dos aprendentes adultos, a instabilidade profissional que pode caracterizar alguns destes aprendentes, assim como a sua difícil conciliação com necessidades familiares e os horários escolares, tem-se confrontado com uma inflexibilidade dos programas existentes ao nível dos horários e possibilidades de mudanças de turma. Também a necessidade de ter um documento de regularização válido para aceder a estes programas ou à sua certificação final tem sido um obstáculo. E, ainda, o facto da larga maioria destes programas estar pensada para um perfil de aprendente com níveis de literacia significativos. Em suma, os que vivem situações de maior vulnerabilidade, e para quem a aprendizagem da língua portuguesa (enquanto língua oficial) poderia constituir uma ferramenta de mobilidade social urgente no exercício dos seus direitos e criação de autonomia financeira perante maiores riscos de precariedade e exploração, são antes aqueles que mais dificuldades têm tido no acesso a estes programas (Matias, Oliveira e Ortiz, 2016).

Porquê focar na desigualdade linguística no actual contexto de crise?

Não há dúvida de que a pandemia trouxe a desigualdade linguística para o primeiro plano, de forma global e sem precedentes, e continuará a moldar as agendas de investigação sociolinguística durante algum tempo (Piller, 2020).²

² Tradução da autora: "There is no doubt that the pandemic has brought linguistic inequality to the fore in globally unprecedented ways and will continue to shape sociolinguistic research agendas for some time to come". Em Ingrid Piller (24 abril 2020), Language on the Move, "Language challenges of Covid-19 are a pressing issue - Language and health".

Um dos aspectos chave para a contenção de doenças contagiosas é efectivamente a comunicação de informação sobre saúde pública. Sendo a actual crise caracterizada pela significativa diminuição da mobilidade de pessoas e mercadorias, acompanhada por um crescente fluxo de informação, as tecnologias de informação tornaram-se imprescindíveis na prevenção e controlo de epidemias (Ortega, 2020). E porque sabemos também que o acesso às tecnologias é um dos principais factores de aceleração das desigualdades sociais, aqui o papel das tecnologias na disponibilização de informação social em saúde é ainda mais crucial para todos aqueles que não têm acesso a informação suficientemente fiável mas são inundados com informação de origem duvidosa (a designada “pandemia de desinformação”).³

Há muito que se discute que um dos eixos fundamentais no combate às desigualdades reside no desenvolvimento de possibilidades de os cidadãos adquirirem competências que lhes permitam usufruir de forma crítica e confiante as tecnologias de informação social (Ortega, 2020). Desde 2006 que na União Europeia se integraram as competências digitais numa lista de oito competências essenciais e interdependentes para a aprendizagem ao longo da vida, desde a idade pré-escolar até à idade pós-reforma (Comissão Europeia, 2006).⁴ Entre estas, encontramos as competências digitais, as competências de comunicação na língua materna e em línguas estrangeiras, as competências básicas em ciências e tecnologia e de sensibilidade e expressão culturais – todas questões centrais na presente discussão. Também se tem reconhecido que algumas categorias populacionais apresentam maiores riscos de se constituírem numa subclasse digital (*digital underclass*) (Ortega, 2020),

³ “Infodemic” em inglês. Ver a este propósito a [recente anunciada colaboração da Organização Mundial de Saúde \(OMS\) com a Wikipédia, na promoção e realização de recursos de livre acesso dedicados à Covid-19, atualmente disponibilizados em cerca de 175 línguas.](#)

⁴ Ver [Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, 18 dezembro 2006, sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida \(2006/962/CE\).](#)

nomeadamente populações com baixos graus de literacia, jovens em situação de abandono escolar precoce, desempregados de longa duração, trabalhadores em períodos de licença prolongados, idosos, pessoas com deficiência e, justamente, os migrantes (Comissão Europeia, 2006). Falamos, assim, de condicionantes que podem gerar dificuldades na consulta de informação de saúde médica sobre o vírus; no acesso e usufruto de consultas de telemedicina; no preenchimento de requerimentos de apoio ao desemprego, rendas de habitação e outros; e mesmo na orientação da escolaridade dos filhos a partir de casa.

Adicionalmente, não será demais lembrar que as condições de saúde dos cidadãos dependem de vários factores (Ortega, 2020), nomeadamente do seu estatuto socioeconómico; da sua ocupação profissional (profissionais na linha da frente, trabalhadores essenciais); das infraestruturas existentes (higiene urbana, condições habitacionais e laborais); do seu acesso às ofertas de cuidados de saúde; e do estatuto social racializado que lhes é atribuído. De facto, muitas das populações falantes de línguas “menorizadas” encontram-se sobre-representadas em profissões essenciais (sectores como agricultura, laticínios, aviários, construção civil, limpezas, motoristas de táxis, serviços de venda a retalho (Piller, 2016; Van Bavel *et al.*, 2020, citados por Ortega, 2020). Muitas destas profissões caracterizam-se por relações laborais precárias e/ou tendo condições de risco para a saúde – constituindo-se os seus profissionais potenciais grupos de risco face à Covid-19. Adicionalmente, muito do trabalho científico dedicado ao impacto da diversidade linguística nas sociedades contemporâneas tem procurado desconstruir as relações históricas do impacto do racismo na diversidade linguística em presença, chamando a atenção para a interseccionalidade histórica entre noções de diversidade linguística, de raça, racismo e populações socialmente racializadas (como por exemplo: raciolinguística de Flores e Rosa, 2015 e interseccionalidade de Crenshaw, 1989, citada por Ortega, 2020). E porque estas correlações são estruturais e históricas, e se reflectem nas

condicionantes acima referidas, os seus efeitos são, conseqüentemente, visíveis nas desigualdades implicadas no acesso à saúde.

Importa, então, perguntar como é que a crise pandémica Covid-19 tem tornado mais complexa a inclusão de populações multilingues mais vulneráveis. A resposta deverá começar pela constatação de que a língua é um elemento crucial na mediação do acesso à saúde, da qual depende, primeiramente, a compreensão da informação disponível e, secundamente, o conhecimento sobre a qualidade dos cuidados de saúde aos quais se necessita aceder. As barreiras linguísticas podem, assim, comprometer de forma grave a actualização e a qualidade da informação de saúde pública acessível a populações linguisticamente diversas, sobretudo se socialmente desfavorecidas. Um plano de serviços linguísticos de resposta a emergências deveria ser incluído na prevenção e controlo de emergências públicas, constituindo por si só um teste à sua gestão (Ortega, 2020) – questão que será retomada mais adiante. As autoridades oficiais têm aqui um papel chave enquanto canais de inclusão ou exclusão no acesso à saúde, através das suas políticas linguísticas nesta área.

Pistas internacionais sobre o impacto da Covid-19 em populações linguisticamente diversas

Em Março de 2020 o site *Language on the Move*⁵, e a sua revista *Multilingua*, lançaram uma chamada de artigos científicos para um número especial que desse conta do impacto da pandemia Covid-19 sobre populações linguisticamente diversas em várias partes do

⁵ *Language on the Move* é um site de investigação sociolinguística com revisão de pares, que tem como objectivo divulgar a investigação sociolinguística a um vasto público à escala global e cujos trabalhos incidem sobre multilinguismo, aprendizagem de línguas, e comunicação intercultural nos contextos da globalização e migração. Ver [aqui](#).

mundo⁶. As expectativas do desafio lançado foram largamente superadas, ao receberem mais de 200 artigos (dez vezes mais do que tinham previsto) de trabalhos científicos oriundos de mais de 30 países, com particular destaque para o hemisfério Sul do planeta. Face à adesão recebida, os organizadores decidiram alargar os seus fóruns sociolinguísticos sobre a Covid-19, editando um número especial acerca da investigação sociolinguística sobre os efeitos da pandemia na China; promovendo *Covid-19 Archives* com informação de vários países dedicadas aos desafios linguísticos da Covid-19⁷; e abrindo a possibilidade de submissão de artigos individuais sobre os desafios linguísticos da Covid-19 até 2022.⁸

O conjunto de trabalhos submetidos permitiu ainda realizar um balanço dos temas e preocupações fundamentais dos estudos existentes sobre o impacto da diversidade linguística das sociedades contemporâneas, a partir do qual foi possível retirar cinco grandes conclusões:

1. Observa-se, em diferentes países e regiões, limitações linguísticas na informação governamental sobre saúde pública e outras

⁶ Nome da publicação: "[Linguistic diversity and public health: sociolinguistic perspectives on Covid-19](#) (Diversidade linguística e saúde pública: perspectivas sociolinguísticas sobre a Covid-19 – tradução da autora)" editada por Ingrid Piller (Macquarie University, Sydney), [Jie Zhang](#) (Zhongnan University of Economics and Law, Wuhan) e [Jia Li](#) (Yunnan University, Kunming). Ver também [aqui](#).

⁷ Ver [aqui](#).

⁸ Observa-se o mesmo para outras plataformas e iniciativas, como por exemplo as chamadas de artigos referidas na página *Language on the Move*, nomeadamente um número especial sob o nome: "Indigenous Innovation in Higher Education during the Corona-virus pandemic" do *Journal of Global Indigeneity*; o trabalho de recolha de trabalhos no *website Language resources* do *International Year of Indigenous Languages 2019*; a campanha *#ResearchAcrossBorders* lançada pela Fundação Humboldt - *the Humboldt Network on the Corona Pandemic* – envolvendo investigadores de variadíssimos domínios científicos (ver, por exemplo, 16 vídeos com investigadores da África do Sul, Alemanha, Argentina, Benin, China, EUA, Israel, Maurícias e Nigéria, [aqui](#) e [aqui](#)).

comunicações de serviço público dirigidas a populações linguisticamente diversas;

2. Destacam-se problemas relacionados com a tradução e normas terminológicas multilingues em informação sobre saúde pública e investigação médica, cuja pouca sensibilidade à diversidade cultural aumenta o risco de menor eficácia comunicacional para com as populações-alvo;

3. Observa-se o reforço das desigualdades na saúde com a crise Covid-19, justificada por uma maior inacessibilidade à informação sobre saúde pública por parte dos grupos desfavorecidos, incluindo aqui populações indígenas, migrantes e refugiados e pessoas com diferentes tipos de deficiência. Esta questão tem merecido particular destaque na ONU⁹ e na disseminação das estatísticas por categorias étnico-raciais de casos de infecção, hospitalização e morte por Covid-19;¹⁰

4. Constata-se a necessidade urgente de investir numa análise crítica sobre o crescente uso de linguagem racista e discriminatória aquando a discussão sobre saúde pública, com particular destaque para os discursos produzidos nos meios políticos, na comunicação social, nas plataformas digitais várias e no espaço público físico no geral;

5. Ainda assim, observa-se um reforço de estratégias de gestão da diversidade linguística, de cima para baixo e de baixo para cima, com o objectivo de ultrapassar as barreiras linguísticas observadas. Aqui, uma questão importante e positiva reside na importância de uma efectiva coordenação entre as diferentes entidades envolvidas nas decisões a várias escalas, ou seja, implicando a sociedade civil e as associações que estão no terreno a trabalhar com as populações-alvo. Portanto, estes estudos permitiram demonstrar que uma horizontalidade na

⁹ Tendência reforçada a Junho de 2020, por Michelle Bachelet, Alta Comissária para os Direitos Humanos, Conselho para os Direitos Humanos, Organização das Nações Unidas. Ver [aqui](#).

¹⁰ Ver, por exemplo, nos EUA, Centers for Disease Control and Prevention, 2020 (ver [aqui](#)) e Yaphet *et al.*, 2020 (ver [aqui](#)), em França, Pascual, 2020 (ver [aqui](#)) ou no Reino Unido, McIntyre, 2020 (ver [aqui](#)).

forma de abordar as questões colocadas e na tomada da decisão, leva a uma maior eficácia na resolução dos problemas, por contraste às decisões tomadas de cima para baixo com pouca participação e controlo na forma como as medidas são posteriormente operacionalizadas no terreno e junto das populações-alvo – isto seja na escolha das medidas a implementar, seja nas estratégias de acesso à informação.

O contexto português no impacto da pandemia Covid-19

Entre a população adulta estrangeira, os que mais dificuldades têm tido no acesso a programas de ensino da língua portuguesa serão exactamente aqueles que estarão menos seguros no acesso à informação de saúde pública e informação médica certificada, quando divulgada em língua portuguesa. São, por isso, aqueles que se encontram em situação de grande desvantagem nas suas tomadas de decisões de forma mais adequada – seja ao nível da família, da comunidade, do trabalho e da escolaridade dos filhos. Reconhecendo que estas dificuldades existem, as entidades governamentais e não-governamentais responsáveis têm alargado os meios e plataformas de comunicação num número cada vez mais diversificado de línguas. Mas a operacionalização dessa informação junto destas populações depende muito de quem trabalha no terreno. E nem sempre as instituições responsáveis dispõem dos recursos necessários para chegar junto das pessoas mais necessitadas e, conseqüentemente, acompanhá-las no acesso à informação e esclarecimento necessários para que estes possam ser encaminhados da forma mais adequada, e tomar as suas decisões autonomamente.

No primeiro semestre de 2020 estas limitações foram por demais evidentes no caso dos requerentes de asilo. A urgência das necessidades vividas por estes cidadãos tornou-se gritante a vários níveis: no acesso à habitação, à alimentação, ao trabalho e à informação de saúde pública necessária. Ainda hoje persistem as limitações linguísticas e de sensibilidade cultural na informação e disponibilização

sobre saúde pública, que já eram problemas diagnosticados antes da pandemia da Covid-19¹¹. Destaca-se a necessidade de intérpretes e tradutores profissionais conhecedores da realidade desta população, dos seus processos legais, das suas línguas e práticas culturais a nível da saúde e cuidados de saúde – de forma a poder proporcionar um sentimento de segurança para estas populações e para aqueles que com elas trabalham.

Por outro lado, o fenómeno da Covid-19 obrigou professores e aprendentes a ensinar e aprender *online*, implicando conhecimentos prévios de literacia digital e disponibilidade de recursos adequados (Ortega, 2020). Embora nos últimos anos a integração da tecnologia no ensino tenha avançado em termos de adequação de recursos, pela primeira vez milhares de professores e aprendentes viram-se obrigados a confiar no ensino e aprendizagem *online*. Só que nem todos estariam preparados para este desafio e nem sempre os apoios disponibilizados pelas infra-estruturas locais seriam os mais adequados. Esta utilização repentina e generalizada das tecnologias *online* pôs a descoberto os efeitos da desigualdade de acesso a infra-estruturas e recursos. Encerradas as bibliotecas e outros locais de acesso público à *internet*, os pais viram-se obrigados a assumir a orientação antes estruturada pela escola, tornando toda a família ainda mais dependente da língua maioritária e do conhecimento digital prévio para levar a cabo o processo de aprendizagem dos filhos – gestão difícil para pais multilingues com recursos económicos e digitais limitados.

No caso das famílias com maiores dificuldades, a passagem para o formato digital e para a telescola acentuaram as dificuldades já observadas com o PLNM. Na impossibilidade de uma interacção com o professor mais espontânea e continuada que o contexto presencial permitiria, os alunos ficaram muito dependentes do acompanhamento ainda possível dos seus professores de PLNM através do formato digital

¹¹ Ver Santinho, Rebelo e Cardoso (2020a; 2020b) no jornal o Público em Maio de 2020, "[A covid-19 e o descortinar das práticas do sistema de asilo português](#)", e no [blog da Faculdade de Direito da Universidade de Oxford](#), Reino Unido, em Junho de 2020.

ou, nos casos em que tal deixou de ser possível, pela telescola. E mesmo que a telescola tenha oferecido a disciplina de PLNM, esta oferta não foi direccionada para os diferentes níveis de ensino, ao contrário das outras disciplinas.¹² A grelha da telescola propunha aulas PLNM simultaneamente para todos os alunos do 1.º ao 9.º ano, diferenciando apenas entre os níveis de iniciação e intermédio. Visto que nem todos os alunos estão no mesmo nível de aprendizagem nem apresentam o mesmo nível de necessidades de aprendizagem, seja pelo seu nível de escolaridade, seja pelo seu nível de conhecimento da língua portuguesa, as actuais condicionantes acentuaram eventuais dificuldades do processo de aprendizagem, sobretudo quando a interacção com os professores foi substancialmente diminuída ou mesmo suprimida.

A propagação de linguagem discriminatória e racista

A propagação de linguagem discriminatória e racista que podemos observar desde o início da pandemia Covid-19 é, por um lado, motivada pela construção mediática sobre a origem do vírus e o seu impacto em diferentes populações e, por outro lado, pela “pandemia de informação” enganosa crescente. Desde logo, na forma como as narrativas focaram a China como responsável pela pandemia (“*the Kung Flu*”, “*Chinese flu*” ou “*China vírus*”)¹³, levando a que diferentes comunidades de origem asiática espalhadas pelo mundo sofressem actos de discriminação e racismo. Num segundo plano, observa-se a construção de uma retórica sobre necessidades e riscos específicos de

¹² Estudo em Casa – Grelha da semana.

¹³ Janeiro de 2020, Le Monde; Março de 2020, New York Times; Maio de 2020, BBC News; Documentos-relatórios sobre os *media* e experiências individuais nos EUA, um dos países mais atingidos pela pandemia Covid-19 a nível mundial: Coronavirus discrimination in the News (the Asian Pacific Planning and Policy Council (A3PCON), Chinese for Affirmative Action (CAA), San Francisco State University, Asian American Studies); Stop AAPI Hate Reporting Center; Abril de 2020, New Center for Public Integrity/Ipsos Poll.

populações particularmente vulneráveis – nem sempre motivadas pelas razões anteriormente explicadas, antes reactivando memórias históricas de racismo e discriminação. Todas estas preocupações têm sido alertadas pela Organização Mundial de Saúde e o *Human Rights Watch*¹⁴, pelas Nações Unidas (como já referido acima) e, no plano nacional, a partir de uma larga plataforma de colectivos e cidadãos anti-racistas¹⁵.

Em Portugal assiste-se, infelizmente, à propagação deste tipo de linguagem, como se poderá recordar na forma como em Maio de 2020 um meio de comunicação social discutiu a proposta de um partido de extrema direita sobre medidas de confinamento específicas para as comunidades ciganas em Portugal. Utilizaram o mesmo tipo de linguagem e não consideraram como interlocutores legítimos os representantes das comunidades respetivas¹⁶. Outro caso foi a forma como em Abril de 2020 foram abordadas as necessidades urgentes de requerentes de asilo em Portugal em tempos de pandemia;¹⁷ ou, ainda, na forma como foi retratado o caso dos cidadãos de origem estrangeira que, por necessidades económicas graves, se dirigiram em massa aos serviços de solidariedade numa mesquita na Amadora.¹⁸

¹⁴ [Human Rights Watch](#); Maio de 2020, [National Geographic](#).

¹⁵ Ver [aqui](#).

¹⁶ Ver Fórum TSF: "[André Ventura propõe plano de confinamento para a comunidade cigana](#)", 7 de Maio de 2020; e "[Entidade Reguladora para a Comunicação Social \(ERC\) recebe participações contra TSF sobre Fórum relativo a proposta do Chega](#)", 12 de Maio de 2020.

¹⁷ Requerentes de Asilo (Abril de 2020), no jornal o Público (ver [aqui](#) e [aqui](#)) e no jornal Correio da Manhã (ver [aqui](#)).

¹⁸ Mesquita da Amadora (Maio de 2020), na [revista Sábado](#); na [TVI24](#); e na [SIC Notícias](#).

Será possível mitigar as desigualdades sociolinguísticas e as procedentes desigualdades sociais?

Em jeito de conclusão, gostaria de tentar delinear possíveis respostas a esta pergunta, em cinco pontos.

Primeiro, dos vários impactos da pandemia Covid-19, há uma lição positiva a retirar, seja em Portugal como em muitos outros contextos do planeta: qualquer intervenção será sempre mais eficaz quanto mais colaborativa for (e a várias escalas). No caso urgente dos requerentes de asilo em Portugal, a intervenção de emergência realizada num curto espaço de tempo foi mais eficaz a partir do momento que as entidades governamentais trabalharam junto com as entidades não governamentais responsáveis pelo acolhimento e com as associações que trabalham com mais proximidade junto destes cidadãos. Retira-se daqui que as estratégias de acolhimento no futuro deverão ser discutidas o mais horizontalmente possível, aproveitando o conhecimento que cada instituição e organização tem adquirido e acumulado ao longo do tempo. É na partilha dessa informação e no trabalho colaborativo que a resposta oferecida tem, continuamente e em múltiplos contextos nacionais e continentais, se revelado mais adequada.

Segundo, confirma-se a necessidade urgente de intérpretes e tradutores, não só em número como sobretudo detentores das competências necessárias, para que as respostas sejam efectivamente adequadas à realidade em causa. O recurso a mediadores linguísticos e culturais informais e voluntários gera novas pressões com a Covid-19 que vão para lá da interpretação/tradução. Muitas vezes são crianças, jovens, esposos, outros familiares ou conhecidos, nem sempre bem acolhidos nas instituições de saúde (Cox *et al.*, 2019; Flores *et al.*, 2012, citados por Ortega, 2020), e cuja prática pode originar tensões face aos riscos de imprecisões, erros e desadequação de tópicos não negligenciáveis. Sabendo que o número de profissionais de saúde com competências para cumprir este papel é ainda escasso, corre-se o risco de observar graves consequências para a saúde, pela consequente

demora na tomada de decisão na procura de apoio médico; na identificação da instituição de saúde onde se dirigir e dos meios de transporte necessários; na forma de receber cuidados adequados na instituição de saúde em causa (Ortega, 2020).

Não pretendendo desvalorizar o esforço da ajuda voluntária e tradução/interpretação face à inexistência de outras respostas, importa, ainda assim, assumir que o nível de competências implicado neste tipo de trabalho é exigente. Tratam-se de competências que implicam conhecimentos sobre os contextos de origem e as referências culturais das populações junto das quais se pretende intervir, sendo igualmente importante saber aferir o nível de conhecimento em diferentes línguas da população-alvo e as necessidades a este nível; ter conhecimento dos processos de legalização em território nacional (variando entre requerentes de asilo, refugiados ou estrangeiros com a situação regularizada em Portugal); e, finalmente, ter formação sobre como disseminar informação médica certificada e de saúde pública. No seu todo, falamos de níveis de exigência de conhecimento e competências bastante elevados, e só uma formação adequada e acompanhada, que permita a colaboração entre as entidades no terreno com as entidades governamentais, poderá, a longo prazo, dar respostas mais eficazes – não só às populações mais vulneráveis como para todos os que necessitem destes serviços.

Terceiro, sabendo que o acesso à tecnologia acelera as desigualdades sociais existentes, é urgente dar um foco prioritário às necessidades de aquisição de literacia digital. Destacam-se aqui propostas globalmente trabalhadas e que suscitaram outra chamada de artigos:¹⁹

¹⁹ Ver, por exemplo, chamada de artigos em Elsevier Journals "[Teaching and learning languages online: Challenges and responses](#)" edited by Xuesong (Andy) Gao, School of Education, the University of New South Wales, Sydney, Australia; Jian (Tracy) Tao, School of Foreign Studies, Shanghai University of Finance and Economics, Shanghai, China.

- Conceber actividades de aprendizagem *online* eficazes e envolventes, de forma a motivar aprendentes para uma aprendizagem eficaz;
- Criar espaços de partilha de experiências de ensino *online* entre professores, procurando reflectir como serão estas experiências no longo prazo;
- Preparar adequadamente os professores de línguas para o ensino *online*;
- Desenvolver comunidades *online* para alunos e professores de línguas;
- Avaliar o progresso dos alunos de línguas e apoiá-los nas suas necessidades de progresso;
- Disponibilizar apoio e envolvimento técnico às famílias no uso das plataformas *online*.

E porque os estudos existentes têm persistentemente chamado a atenção à ausência de respostas eficazes para uma melhor interpretação e comunicação intercultural/transcultural em contextos de saúde, parece igualmente importante definir estratégias concertadas no trabalho da investigação científica. Nomeadamente, insistindo na produção sistemática dos resultados da investigação sobre a relação entre desigualdades sociais e desigualdades linguísticas, ainda muito dispersa (Ortega, 2020); promovendo a colaboração interdisciplinar com investigadores na área da saúde de diferentes domínios científicos (por exemplo, [#ResearchAcrossBorders](#), [#Covid19](#), [#Corona](#), ver nota de rodapé 8); promover a escuta e recolha das experiências de jovens multilingues e respectivas famílias; dar particular atenção às profissões onde se concentram maior número de trabalhadores/as falantes de outras línguas; e ter presente que na base de uma sociedade multilingue reside uma relação histórica estruturante entre noções de diversidade linguística, de raça e de racismo de populações socialmente racializadas (Flores e Rosa, 2015; Crenshaw, 1989, citada por Ortega, 2020).

Finalmente, as populações mais vulneráveis, sejam estrangeiras ou nacionais, estão na linha da frente do embate da crise económica gerada pela pandemia Covid-19. São os trabalhadores com relações laborais mais frágeis, e com recursos económicos mais instáveis, os principais atingidos, e os estrangeiros com relações contratuais mais descartáveis os primeiros a perder os seus postos de trabalho e a sofrer uma redução dos recursos económicos. Face aos níveis de crescimento de pobreza que se tem observado, algumas entidades, governamentais, inter-governamentais e não-governamentais têm estado preocupadas com a possibilidade de regressão dos níveis de exploração actuais de cidadãos mais vulneráveis.²⁰ Será por isso urgente definir como prioritário o acompanhamento adequado destas populações. Somos todos partes da mesma comunidade, nacionais e estrangeiros, e o bem de uns será com certeza o bem de todos.

Referências bibliográficas

Comissão Europeia (2006), Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, 18 dezembro 2006, sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida.

Flores, Nelson; e Jonathan Rosa (2015), "Undoing Appropriateness: Raciolinguistic Ideologies and Language Diversity in Education", em Harvard Educational Review, Vol. 85 (2), pp. 149-171.

Madeira, Ana (coord.) (2014), Avaliação de Impacto e Medidas Prospectivas para a Oferta do Português Língua Não Materna (PLNM) no Sistema Educativo Português, FCSH/Universidade Nova de Lisboa, DGE.

Mateus, Maria Helena; Dulce Pereira; e Glória Fischer (2008), Diversidade Linguística na Escola Portuguesa, ILTEC/FCG.

Matias, Ana Raquel; Nuno Oliveira; e Alejandra Ortiz (2016), "Implementing training in Portuguese for Speakers of Other Languages in Portugal: the case of adult immigrants with little or no schooling", em Language And Intercultural Communication, Vol. 16 (1), pp.1-18.

²⁰ UNODC (2020), COVID-19 response; Rádio Renascença, Maio de 2020.

Matias, Ana Raquel (2017), "O lugar das línguas imigrantes não-europeias na sociologia das migrações internacionais", em Padilla, Beatriz; Joana Azevedo e Thais França (orgs.), Migrações Internacionais e Políticas Públicas Portuguesas, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 151-172.

Oliveira, Catarina Reis; e Gomes, Natália (2017), "Estudantes estrangeiros nos diferentes níveis de ensino", Boletim Estatístico OM N°3, Coleção Imigração em Números, Observatório das Migrações.

Ortega, Lourdes (2020), "How is COVID-19 affecting second language acquisition?", em The 2020 Einar Haugen Lecture, Center for Multilingualism in Society Across Lifespan, aula apresentada na University of Oslo, 23 Setembro 2020, Oslo.

Seabra, Teresa; Sandra Mateus; Ana Raquel Matias; e Cristina Roldão (2018), "Imigração e Escolaridade: Trajetos e Condições de Integração", em Carmo, Renato Miguel do, João Sebastião, Susana Cruz Martins, Joana Azevedo, António Firmino da Costa (coord.), Desigualdades Sociais: Portugal e a Europa, vol. III. Migrações, Fluxos e Espaços, Mundos Sociais ed. , Lisboa, pp. 301-314.

Textos, artigos, blog de um Website

AAV (2020), "Covid-19: a luta antirracista não faz quarentena", em Opinião Coronavírus Público, data de edição: 13.04.2020, consultado em 23.10.2020.

Acácio, Manuel (2020), "André Ventura propõe plano de confinamento para a comunidade cigana", em Sociedade. Política. Fórum TSF, data de edição: 07.05.2020, consultado em 23.10.2020.

Asian American Pacific Islander (AAPI) (2020), Civil Rights Organizations, Stop AAPI Hate Reporting Center.

Bachelet, Michelle (Alta Comissária para os Direitos Humanos, Organização das Nações Unidas), "Global update on human rights and the impact of the COVID-19 pandemic", 30 de Junho de 2020, comunicação apresentada na 44.ª sessão do Conselho para os Direitos Humanos, consultado em 23.10.2020.

Botelho, Leonete (2020), "Requerentes de asilo transferidos para Santa Margarida recusaram-se a sair do autocarro", em Coronavírus. Público, data de edição: 21.05.2020, consultado em 23.10.2020.

Cebon, Valentin e Pauline Petit (2020), "« Garde ton virus, sale Chinoise! » : avec le coronavirus, le racisme antiasiatique se propage en France", em Planète Societé Le Monde, data de edição: 29.01.2020, consultado em 23.10.2020.

Centres for Disease Control and Prevention (CDC Gov) (2020), Covid-19 Cases, Hospitalization, and Death by Race/Ethnicity, data de edição: 08.08.2020, EUA, consultado em 23.10.2020.

Curado, Miguel e João Carlos Rodrigues (2020), "Refugiados de hostel com coronavírus em fuga ocultam paradeiro", em Sociedade. Correio da Manhã, data de edição: 24.04.2020, consultado em 23.10.2020.

#EstudoEmCasa – Grelha da semana, RTP Memória, www.rtp.pt/estudoemcasa, consultado em 23.10.2020.

Ga, Xuesong A., Jian T. Tao (eds.) (2020), "Teaching and learning languages online: Challenges and responses", in Elsevier Journals, consultado em 23.10.2020.

Helier Cheung, Helier, Zhaoyin Feng e Boer Deng (2020), "Coronavirus: What attacks on Asians reveal about American identity", em Coronavirus pandemic BBC News data de edição: 27.05.2020, consultado em 23.10.2020.

Human Rights Watch (2020), "Covid-19 Fueling Anti-Asian Racism and Xenophobia Worldwide. National Action Plans Needed to Counter Intolerance", 12 de Maio de 2020, consultado em 23.10.2020.

The Humboldt Foundation (2020) Coronavirus Pandemic #ResearchAcrossBorders, consultado em 23.10.2020. Ver também aqui.

International Year of Indigenous Languages 2019 (2020), "Covid-19 Pandemic: Language Matters", consultado em 23.10.2020.

Jeung, Russell, Sarah Gowing e Kara Takasaki (2020), "News Accounts of Covid-19 Discrimination 2/9-3/7/20. Executive Summary", A Report for the Asian Pacific Planning and Policy Council (A3PCON), Chinese for Affirmative Action (CAA), San Francisco State University Asian American Studies, entre 9 de Fevereiro a 7 de Março 2020, consultado em 23.10.2020.

- McIntyre, Niamh (2020), "Black men in England three times more likely to die of Covid-19 than white men", em UK Society. the Guardian, data de edição: 19.06.2020, consultado em 19.06.2020.
- New Center for Public Integrity (2020), "Ipsos Poll finds most Americans say the Coronavirus Pandemic is a Natural Disaster", Abril de 2020, consultado em 23.10.2020.
- Pascual, Julia (2020), "Immigrés : une mortalité deux fois plus élevée face à la pandémie de Covid-19", em Societé, Imigration et Diversité Le Monde, data de edição: 07.07.2020, consultado em 23.10.2020.
- Piller, Ingrid, Jie Zhang e Jia Li (ed.) Language on the Move (2020, online), "Language challenges of Covid-19 are a pressing issue - Language and health", Language on the Move, 24 abril 2020), consultado em 23.10.2020.
- Pincha, João Pedro (2020), "Há mais pensões sobrelotadas em Lisboa, o que faz temer explosão de casos", em Coronavírus. Público, data de edição: 21.04.2020, consultado em 23.10.2020.
- Roque, Ângela (2020), "Tráfico humano. "A pandemia fortaleceu as vulnerabilidades de quem já era explorado"", em Entrevista a Gabriella Bottani. Rádio Renascença, data de edição: 19.05.2020, consultado em 23.10.2020.
- Santinho, Cristina, Dora Rebelo e Sílvia Cardoso (2020a), "A covid-19 e o descortinar das práticas do sistema de asilo português", em Opinião o Público, data de edição: 31.05.2020, consultado em 23.10.2020.
- Santinho, Cristina, Dora Rebelo e Sílvia Cardoso (2020b), "Covid-19, the "Undercover" Portuguese Asylum System, and Its Jerry-Riggings", em Border Criminologies blog da Faculdade de Direito da Universidade de Oxford, Reino Unido, data de edição: 30.06.2020, consultado em 23.10.2020.
- Strochlic, Nina (2020), "America's long history of scapegoating its Asian citizens", em History & Culture – National Geographic, data de edição: 02.09.2020, consultado em 23.10.2020.
- Tavernise, Sabrina e Richard A. Oppel Jr. (2020), "Spit On, Yelled At, Attacked: Chinese-Americans Fear for Their Safety", em the New York Times, data de edição: 23.03.2020, consultado em 23.10.2020.

Yaphet Getachew et al. (2020), Beyond the Case Count: The Wide-Ranging Disparities of COVID-19 in the United States (Commonwealth Fund, Sept. 2020). data de edição: 10.09.2020, consultado em 23.10.2020. Ver também [aqui](#).

United Nations Office on Drugs and Crimes (UNODC) (2020), Impacto da Pandemia Covid-19 no Tráfico de Pessoas. Conclusões preliminares e mensagens com base em um rápido balanço”, em Covid-19 Response ONU, consultado em 23.10.2020.

Artigos de jornal sem autor identificado:

(2020) “Fila com mais de 300 pessoas na Amadora por um saco de comida”, em TVI24, data de edição: 06.05.2020, consultado em 23.10.2020.

(2020) “Confusão em distribuição de alimentos na Amadora acalmou com a presença da polícia”, em Coronavírus. SIC Notícias, data de edição: 06.05.2020, consultado em 23.10.2020.

(2020) “OMS e Wikipédia anunciam colaboração para combater desinformação sobre coronavírus”, Covid-19 Lusa, Jornal o Público data de edição: 22.10.2020, consultado em 23.10.2020.

Agência Lusa (2020), “Covid-19: Mesquita da Amadora ajuda pessoas que ainda “vivem à luz de velas””, em Coronavírus. Portugal. Sábado, data de edição: 07.05.2020, consultado em 23.10.2020.

Agência Lusa (2020), “Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) recebe participações contra TSF sobre Fórum relativo a proposta do Chega”, em Sociedade Observador, data de edição: 12.05.2020, consultado em 23.10.2020.

Entrevista realizada a Ana Raquel Matias no âmbito da rubrica “Um olhar sociológico sobre a crise Covid-19”, publicada a 15 de maio de 2020.

